

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

O Responsável de tratamento de dados é a Puro Físico LDA, com o NIF: 516183583 e sede fiscal em Rua de Lagoas nº 66 1º drt, 4990-453, Freixo, Ponte de Lima.

Os dados pessoais, recolhidos são o nome, cartão de cidadão, morada, contactos telefónicos, e-mail e data de nascimento, dados estes que não são sensíveis por não estarem englobados no artº 9. Do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4/2016 (relativo á proteção das pessoas singulares no que respeita ao tratamento de dados pessoais e á livre circulação desses dados)e destinam-se ao estabelecimento na qualidade de associado, consequente cobrança de mensalidades e futuros contactos, nomeadamente ações de marketing direto, oferta de produtos e serviço acessórios diretamente relacionados com a atividade do Puro. Os dados recolhidos destinam-se ainda ao cumprimento das obrigações legais e á utilização nas relações contratuais com seguradoras, bancos e instituições, comprometendo-se o Puro a guardar rigoroso sigilo sobre todos os dados, reservando o acesso aos mesmos ao exclusivamente necessário á sua atividade normal. O Associado autoriza a transmissão a parceiro do Puro, em concreto, em caso de incumprimento por parte do associado, o Puro pode recorrer a subcontratantes para efeitos do tratamento de dados pessoais, nomeadamente para a gestão de contencioso, ficando estas entidades obrigadas a desenvolver as medidas técnicas e organizativas adequadas á proteção de dados e assegurar a devesa dos direitos do titular. Em determinadas circunstâncias, certos dados pessoais poderão ter de ser comunicadas a autoridades públicas, como por exemplo, tribunais e forças de segurança. Ao respetivo titular são assegurados, nos termos do aludidos Regulamento, o direito de acesso, de retificação, oposição e apagamento, e á limitação e portabilidade dos seus dados, bem como o direito de oposição a qualquer momento ao tratamento dos mesmos, através de e-mail para o endereço geral@purofísico.pt. O Associado tem direito de apresentar reclamação ao CPDP se considerar que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento referenciado supra. O Associado tem também direito a intentar uma ação judicial contra o responsável pelo tratamento de dados, assim como receber uma indemnização, no caso de ter sofrido danos materiais ou imateriais a uma violação do Regulamento.